

A privatização do saneamento e o capital fictício nas economias dependentes: o caso brasileiro¹

*Lucas Martins Crispin²
Thomas Comin Gregorio Vidal³
Monique Castello Branco Lopes⁴*

Resumo

As perspectivas de escassez hídrica frente à crise ecológica geraram uma excelente oportunidade de valorização para o capital. Neste sentido, o setor de saneamento básico vem sendo privatizado no continente de forma cada vez mais acelerada. A privatização também tem mudado qualitativamente nos últimos anos, tendo em vista a grande participação de empresas financeiras na propriedade das empresas privadas de saneamento no mundo, e principalmente no Brasil. As análises críticas sobre o processo de privatização são abundantes mas lançam mão de teorias que não conseguem captar certas particularidades deste processo nas economias latino-americanas. Nosso objetivo é apresentar a Teoria Marxista da Dependência como uma possível mediação e a enfatizar a centralidade da dinâmica do capital fictício para compreender este processo e seus impactos para as economias dependentes latino-americanas.

Palavras-chave: saneamento básico; privatização; neoliberalismo; teoria marxista da dependência.

Abstract

The perspectives of water scarcity in the face of the ecological crisis have created an excellent opportunity for capital valorization. In this context, the basic sanitation sector has been privatized across the continent at an accelerating pace. Privatization has also undergone qualitative changes in recent years, particularly due to the significant involvement of financial firms in the ownership of private sanitation companies worldwide, especially in Brazil. Critical analyses of the privatization process are abundant, but they often rely on theories that fail to capture certain particularities of this

¹ Agradecemos à nossa professora e tutora Bianca Bonente pela atenciosa leitura e pelas valiosas sugestões de melhoria neste trabalho. Quaisquer imprecisões, no entanto, são de inteira responsabilidade dos autores.

² Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal Fluminense - Niterói e Bolsista do Programa de Educação Tutorial - Economia UFF Niterói

³ Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal Fluminense - Niterói e Bolsista do Programa de Educação Tutorial - Economia UFF Niterói

⁴ Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal Fluminense - Niterói, Bolsista do Programa de Educação Tutorial - Economia UFF Niterói e Integrante do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro

process in Latin American economies. Our goal is to present the Marxist Theory of Dependency as a possible mediation and to emphasize the centrality of the dynamics of fictitious capital in understanding this process and its impacts on dependent Latin American economies.

Keywords: basic sanitation; privatization; neoliberalism; marxist theory of dependency.

Introdução

Nos últimos anos, avançou significativamente o processo de privatizações no setor de saneamento básico em todo o continente latinoamericano e, principalmente, no Brasil. Considerado o “patinho feio” do setor de infraestrutura no passado, em detrimento dos setores de energia e de telecomunicações, as perspectivas de escassez hídrica frente a crise climática fizeram com que o setor se tornasse um prato cheio para a acumulação de capital (CRUXÊN, 2022, p. 13–14). O país recebeu 38% de todo o investimento privado em serviços de saneamento no mundo entre 2007 e 2017, e, de todos os 342 projetos realizados na América Latina e no Caribe entre 1991 e 2017, o Brasil foi responsável pela metade (CRUXÊN, 2022, p. 14).

Chama a atenção nos anos recentes a grande presença de empresas financeiras na propriedade das empresas privadas de saneamento no país. Nas últimas décadas, o setor passou por uma profunda transformação neste sentido, pois, originalmente, as empresas líderes do setor privado faziam parte do grupo das grandes empreiteiras brasileiras atuantes em todo o tipo de obra de infraestrutura e construção civil. Hoje, as maiores empresas privadas têm em seu quadro societário fundos de investimento, fundos de pensão, fundos soberanos, bancos, entre outros agentes.

Há extensa bibliografia de autores que demonstram os efeitos devastadores da privatização no setor e também da mudança de propriedade destas empresas. Obviamente, para contextualizar esta mudança e até mesmo o processo de privatização em geral é necessário compreender a ascensão do neoliberalismo e toda a reestruturação do padrão de acumulação de capital existente atualmente, com o que lança-se mão da produção bibliográfica sobre financeirização e neoliberalismo. Estas teorias buscam explicar o processo de maneira abstrata, genérica, dando um panorama mundial sobre estes processos, muitas vezes partindo de exemplos de países desenvolvidos, imperialistas. A produção crítica, acadêmica e militante, em torno do tema da privatização da água/saneamento básico não incorre no erro de homogeneizar os

processos no centro e na periferia do capitalismo, mas, ao assumir teorias que explicam num alto nível de abstração, em que pese o grande esforço de autoras e autores em situar estes movimentos nos contextos latino-americanos, acaba por não captar certas particularidades que o desdobramento destas privatizações geram nas economias dependentes.

O tema é extremamente atual e necessário de ser discutido, como defendem os autores e como buscaremos argumentar ao longo do presente trabalho. Dado isso, nosso objetivo é apresentar uma possível (e necessária) mediação entre estes movimentos globais, mais gerais e abstratos, e os movimentos mais particulares e concretos das economias dependentes na América Latina. O que não será esgotado neste texto por se tratar de uma primeira aproximação ao tema, mas buscaremos algumas pistas que podem ser seguidas e analisadas ao se utilizar das categorias colocadas pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) e desenvolvidas nos últimos anos pelo seu resgate crítico.

Organizamos o texto em 4 seções: na primeira, apresentamos uma breve contextualização sobre a crise das décadas de 1970 e 1980 e a sobreascensão do neoliberalismo e do novo padrão de acumulação de capital vigente; na segunda, buscaremos fazer um panorama sobre a TMD, suas categorias principais e alguns avanços recentes; na terceira, oferecer um resgate do histórico da privatização do saneamento e do processo da sua ‘financeirização’; na quarta seção, buscaremos relacionar as categorias da TMD e demonstrar como a penetração da lógica fictícia muda o paradigma da gestão das empresas privadas de saneamento e como compreender esses acontecimentos a partir das funcionalidades e disfuncionalidades do capital fictício.

Crise das décadas de 1970 e 1980 e neoliberalismo

Para compreender o porquê deste novo padrão de acumulação de capital, é necessária uma breve contextualização sobre a crise ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980. De maneira sintética, o que se notou durante este período foi a ocorrência de diversos desequilíbrios, com destaque aos de caráter financeiro. Após a segunda guerra mundial, com o tratado de *Bretton Woods*, os EUA, que não tiveram seu território continental afetado pela destruição da guerra, consolidaram sua hegemonia frente aos demais países centrais, ou imperialistas, por meio do dólar. O padrão dólar-ouro, os

regimes de câmbio fixo e a criação de órgãos internacionais como a ONU, o GATT, o FMI e o BIRD compõem este quadro (AMARAL, 2012, p. 78–79).

O dólar assume o papel então ocupado pela libra esterlina como moeda internacional, no entanto, os marcos institucionais do setor financeiro passam a enfrentar sérias contradições com uma novidade: a grande mobilidade de capitais proporcionada pelos avanços tecnológicos no setor de telecomunicações (EICHENGREEN, 2000, p. 184–185). Esta mudança fundamental fornece um grande fator de desestabilização da economia mundial, principalmente em relação às taxas de câmbio. De forma conjugada, o grande acúmulo na dívida pública dos EUA serviu como um catalisador desta instabilidade e um motivo de grande contestação de outras economias imperialistas, tanto as europeias vitoriosas na segunda guerra mundial, mas principalmente da Alemanha e do Japão, que vinham reconstruindo vigorosamente seus países. Todos estes países passaram a oferecer uma ameaça à hegemonia estadunidense, atraindo o fluxo de capitais por vantagens financeiras e comerciais (CARCANHOLO, 2008, p. 250; EICHENGREEN, 2000, p. 174–180).

A iminência da expansão da dívida dos EUA causava grande insegurança quanto à possibilidade de uma desvalorização do dólar. Neste sentido, estes países passam a acumular ouro em suas reservas em detrimento do dólar, buscando a conversão do dólar em ouro, base do tratado de *Bretton Woods* (EICHENGREEN, 2000, p. 179). Durante a administração do governo Nixon, são aplicadas políticas para assegurar a manutenção da hegemonia dos EUA, a conversibilidade em ouro é revogada – levando à substituição das taxas fixas de câmbio pelo sistema de taxas de câmbio flexíveis – o dólar é paulatinamente desvalorizado e, no contexto do segundo choque do petróleo, Paul Volcker, presidente da autoridade monetária dos EUA no período, eleva acentuadamente as taxas básicas de juros do país. Compreendendo as dívidas acumuladas pelas economias periféricas, a grande maioria delas com suas taxas de juros baseadas nas taxas de juros básicas dos EUA, o ajuste deste estoque, já enorme, aumenta de maneira intensa.

O que se encontra no cerne destas crises cíclicas do capitalismo é uma superacumulação, ou seja, uma superprodução de capital que gera a impossibilidade de se obter os níveis de lucratividade do período anterior (CARCANHOLO, 2008, p. 249–250). A concorrência intercapitais e a sua própria dinâmica autoexpansiva levam a um desequilíbrio entre as decrescentes condições de realização das mercadorias e os

crecentes direitos de apropriação (CARCANHOLO, 2008, p. 249). A crise é um resultado necessário da própria natureza do capitalismo, o momento de “recomposição da unidade contraditória entre dois pólos, produção e realização (apropriação - circulação)” (CARCANHOLO, 2008, p. 249).

Conjuntamente aos fatores envolvendo a crise do padrão dólar-ouro, alguns dados demonstram que antes do auge da crise (1974-75) os EUA em 1970 apresentaram -0,1% de taxa de crescimento e a Alemanha Ocidental em 1971 apresentara 3,2% de crescimento frente a taxa de 6% do ano anterior. Já em relação à taxa de formação bruta de capital fixo, em 1970, os EUA apresentaram -4,7% e os países da OCDE apresentam crescentes taxas que despencam: “(3,7% em 1970, 4,6% em 1971, 6,4% em 1972 e 7,3% em 1973), e rapidamente se retraem no biênio 1974-1975 (-4,8% em 1974 e -5,3% em 1975)” (CARCANHOLO, 2008, p. 250).

A crise das décadas de 1970-1980 explicitou duas características que impunham barreiras ao padrão de acumulação vigente: (i) redução das taxas de lucro e (ii) redução dos espaços de valorização para o capital. No quadro 1, apresentamos de forma resumida a resposta do capital às barreiras colocadas:

Quadro 1 – A resposta do capital à crise dos anos 1970-1980

(i) Recomposição da lucratividade

(ii) Busca de outras esferas de valorização

Redução de custos salariais (elevados nos tempos de <i>Welfare State</i>): desregulamentação e flexibilização dos mercados, em especial o de trabalho	Desregulamentação e abertura do mercado comercial
Tributação regressiva: desoneração dos rendimentos	Desregulamentação e abertura do mercado financeiro: expansão do capital fictício
Reestruturação produtiva baseada na aceleração da rotação do capital	

Fonte: Elaboração própria a partir de CARCANHOLO, 2008, p. 251-252

Houve à nível global uma mudança estrutural causada pela reestruturação do capital após a crise do século passado, no entanto, nas economias dependentes apesar de apresentar inúmeras semelhanças com os acontecimentos nas economias imperialistas há certa particularidade: a reorganização econômica e social enfrentada nas economias

dependentes, com destaque para as economias latino-americanas, busca a potencialização dos mecanismos de transferência de valor às economias imperialistas. Contexto o qual as crises das dívidas externas dos anos 1990 ocorrem:

A partir dos anos 1980 a tentativa de recuperação da acumulação em escala mundial ganhou esses contornos. A transferência de recursos da periferia para o centro ganhou maior roupagem com a crise da dívida externa nos países periféricos, crise esta que se alastrou nos anos 1990, e com a remessa de lucros e dividendos que os capitais transnacionais realizaram das filiais na periferia para as matrizes no centro. (CARCANHOLO, 2008, p. 252).

Como afirmado anteriormente, as formulações teóricas que buscam explicar a evolução desses fenômenos na América Latina, ao não levar em consideração as particularidades da região, acabam por não captar a totalidade do cenário analisado. Desta maneira, a teoria marxista da dependência configura-se como uma das propostas de compreensão da particularidade latino-americana, apresentaremos uma breve síntese com o objetivo de integrar as suas categorias à análise da privatização do saneamento posteriormente.

A Teoria Marxista da Dependência

A teoria marxista da dependência (TMD) é gestada no debate sobre desenvolvimento na América Latina do século passado, mais especificamente na década de 1970, momento em que são publicados diversos textos clássicos que compõem os cânones da teoria (*Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini; *Estrutura da Dependência*, de Theotônio dos Santos; *O capitalismo Dependente latino-americano*, de Vânia Bambirra; entre outros). Fruto de um debate interdito em terras brasileiras, a tríade dos principais autores que eram brasileiros escrevem e desenvolvem a teoria de fora do país, exilados pela ditadura brasileira no Chile primeiramente, onde se radicaram academicamente no CESO (*Centro de Estudos Socio-Econômicos da Universidade de Chile*), a TMD se espalha por diversos países na América Latina, influenciando diversos projetos de pesquisa, mas ainda é hoje pouco conhecida no país de origem dos seus autores, muitas vezes sendo confundida com a tradição weberiana de Fernando Henrique Cardoso.

Neste debate, constavam o estruturalismo da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe/ONU), as teorias ortodoxas de desenvolvimento - que

em conjunção com as teorias de comércio internacional buscavam demonstrar que era possível uma trajetória de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos que alcançasse as trajetórias dos países centrais - e a versão oficial do marxismo da terceira internacional e dos Partidos Comunistas na América Latina - que defendiam uma visão etapista do processo revolucionário no continente muitas das vezes. O que unia estes adversários teóricos era a noção de que faltava, de alguma forma, um avanço do capitalismo nas economias latino-americanas e que um choque de modernidade era necessário para que se expurgasse os elementos pré-capitalistas destas economias e abrissem-se alas para o desenvolvimento capitalista pleno destes países. Partindo das pistas deixadas por André Gunder Frank que afasta visões dicotômicas entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (FRANK, 1967), demonstrando que o segundo é uma consequência necessária do primeiro, e não sua negação, os autores buscam compreender de que maneira este capitalismo *sui generis* se desenvolve e quais são as legalidades específicas que o rege:

É neste sentido que partimos da conceitualização da categoria de dependência, mas não a utilizamos conforme o fez em certos momentos a ciência oficial, que buscou encontrar nesta categoria a explicação de um pretenso *fenômeno externo* e coercitivo da situação latino-americana. Tratamos de redefini-la e utilizá-la como a categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômica, políticas e sociais atrasadas e dependentes. (BAMBIRRA, 2024, p. 38).

Marini foi o autor que conseguiu sintetizar de forma mais robusta estas legalidades no seu texto clássico *Dialética da Dependência* (MARINI, 2017), escrito como um projeto de pesquisa e usado por ele como material de apoio para lecionar suas disciplinas, mas divulgado informalmente nos meios acadêmicos e militantes pela América Latina e posteriormente publicado no México em 1973, é publicado oficialmente no Brasil somente no início dos anos 2000. A partir da independência dos países latino-americanos, Marini busca demonstrar como estas economias marcadas pela escravidão e pela exploração comercial metropolitana se tornarão livres

formalmente mas ainda passarão a se relacionar de forma dependente pelas relações econômicas conformadas pelas necessidades da economia mundial a partir da revolução industrial (MARINI, 2017, p. 325).

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2017, p. 325).

O que se encontra no cerne da dependência são os mecanismos de transferência de valor que operam entre os capitais atuantes nas economias dependentes e os capitais das economias imperialistas. Esta transferência impõe aos capitais nas economias dependentes um mecanismo de compensação que amplie as taxas de mais-valor para níveis que permitam a continuidade do seu processo de acumulação dependente: a superexploração da força de trabalho⁵.

Os mecanismos de transferência de valor são:

1. Os mecanismos decorrentes do comércio internacional, que por meio de diferenciais de composições orgânicas do capital (capital constante/capital variável) permitem uma maior apropriação de valor dos capitais que operam acima das condições médias de produtividade em detrimento do valor produzido por capitais que operam abaixo destas condições médias e não apropriados por estes. Este mecanismo opera tanto entre capitais do mesmo setor como entre capitais de distintos setores.
2. Os mecanismos relacionados ao investimento estrangeiro e direitos de propriedade, incluindo a dívida pública, que implicam remessas de juros, de lucros e de royalties.

Estas transferências rebaixam as taxas de lucro, ou as taxas de mais-valor, e a solução que se impõe é a superexploração da força de trabalho que de maneira genérica é a redução da parte do valor que seria destinada ao consumo dos trabalhadores. A consequência direta desta redução é a incapacidade de a força de trabalho ser reproduzida normalmente, no limite significando o adoecimento e a própria morte desse

⁵ Marini utiliza de forma ambígua as nomenclaturas “superexploração do trabalho” e “superexploração da força de trabalho”. Para compreender a necessidade de se referir a esta categoria como “superexploração da força de trabalho”, ver Carcanholo (2013).

trabalhador. A superexploração da força de trabalho também se apresenta em distintos mecanismos que podem agir de forma combinada:

- i) o aumento da intensidade do trabalho; ii) o prolongamento da jornada de trabalho; iii) a apropriação capitalista de parte do fundo de consumo do trabalhador, que, então, converter-se em fundo de acumulação capitalista; iv) a ampliação do valor da força de trabalho sem correspondente aumento salarial. (AMARAL; DUARTE, 2023, p. 16).

Todos estes mecanismos podem ser encontrados na obra de Marx, não sendo qualquer novidade e podendo suscitar a dúvida do porquê se criar outra categoria para explicar movimentos já conhecidos e amplamente discutidos. A superexploração da força de trabalho só pode ser compreendida como proposta pela TMD em um par categorial com a transferência de valor, como foi citado anteriormente, como um mecanismo de compensação frente a redução das taxas de lucros causada pela transferência de valor.

A posição estrutural para as economias latino-americanas do mecanismo de transferência de valor delimita um estreito conjunto de possibilidades para a continuidade do desenvolvimento capitalista no continente. A maneira com que a dependência se reconfigura durante as distintas fases históricas do mercado mundial que se relacionam com as demandas específicas do capital busca sempre reposicionar as economias latino-americanas como um polo vital para a acumulação de capital a nível mundial. Durante a revolução industrial, contribuiu com a ampliação da oferta de alimentos e de matérias primas para o rebaixamento dos salários e dos custos nas economias centrais, permitindo que nos países industriais “a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2017, p. 328), enquanto este processo na América Latina foi fundado na superexploração da força de trabalho.

Este modo específico de se organizar as economias latino-americanas só é possível pois os seus respectivos mercados internos possuem uma importância relativa menor do que os dos países imperialistas. A não realização de uma reforma agrária na grande maioria dos países latino-americanos e o papel central do latifúndio para o funcionamento destas economias permite que, nestes países, o foco de parte relevante das atividades econômicas empreendidas seja a realização das mercadorias produzidas internamente para o mercado mundial; já nos países imperialistas, a produção de

mercadorias depende umbilicalmente da venda das mercadorias produzidas na própria circulação nos seus mercados internos (MARINI, 2017, p. 337). A consequência direta desta característica é uma redução da importância do trabalhador enquanto comprador de mercadorias, já que como vendedor de mercadorias (a força de trabalho) possui um papel central. Há uma “separação dos dois momentos do ciclo de capital - a produção e a circulação de mercadorias” (MARINI, 2017, p. 337), que pode ocorrer dadas as grandes reservas de trabalhadores prontas para serem incorporadas ao processo de produção. Conforma-se, portanto, uma tendência estrutural à restrição dos mercados internos dependentes.

O grande crescimento das empresas transnacionais e a possibilidade de se organizar com mais flexibilidade graças a novas tecnologias de transporte e de telecomunicações permitiu a reorganização da produção à nível global, em que o capital busca condições mais vantajosas de custos em variadas regiões culminando na fragmentação das cadeias globais de produção. As aberturas econômica e financeira realizadas em todo o mundo facilitaram imensamente este processo. A entrada ainda mais forte do grande capital nas economias latino-americanas somada à crise, engendrou um processo de concentração e centralização nas economias latino-americanas frente à falência de inúmeras empresas locais, favorecendo alguns grandes capitais locais e grandes capitais estrangeiros (OSÓRIO, 2012, p. 35).

Dentro desta nova organização internacional do trabalho, a América Latina se volta às atividades em que possui vantagens naturais ou comparativas no comércio internacional, porém mantendo alguns setores industriais mais dinâmicos submetidos ao novo projeto exportador (OSÓRIO, 2012, p. 33, 37–38). A oferta de matérias primas abundantes e de alguns produtos industrializados a baixos preços para o mercado mundial marcam essa reorganização da divisão internacional do trabalho e da reprodução da própria dependência:

[...] a capacidade de competição deste padrão nos mercados exteriores repousa na deterioração dos salários locais e na depreciação de tudo o que implique elevar o custo do trabalho, como benefícios sociais diversos. Esta é uma das principais vantagens comparativas que o capital que opera na América Latina conta, e muito mais quando o mundo do trabalho da região se encontra com os mais altos níveis de escolaridade e de qualificação, o que permite a produção de bens mais

complexos a baixo custo relativo. (OSÓRIO, 2012, p. 50, tradução nossa).

Para além do papel de fornecedora de mercadorias essenciais para diversos processos produtivos, a posição da América Latina também é reconfigurada de modo a contribuir com a saída escolhida pelo capital para a crise:

1. A intensificação causada pelas aberturas da entrada de capitais estrangeiros por meio de investimentos diretos e pela propriedade de ativos financeiros, incluindo o serviço da dívida externa, amplia a remessa de juros, lucros e royalties enviadas ao exterior;
2. A ampliação da disparidade de produtividade entre capitais locais e capitais nos centros imperialistas causada pelo desmonte do aparato industrial local, por um lado, e o grande crescimento de conglomerados transnacionais, por outro, amplia a transferência de valor pelo mecanismo relativo ao comércio internacional.

Dentro do antigo padrão de acumulação, uma das saídas encontradas pelos capitais atuantes nas economias dependentes latino-americanas frente a impossibilidade de se expandir o mercado interno por meio de uma reforma agrária, dada a necessidade vital da convivência do projeto de industrialização com os interesses oligárquicos latifundiários, foi a exploração dos mercados urbanos, que aqueciam-se pelo processo de urbanização realizado (BAMBIRRA, 2024, p. 84). Atualmente, com a urbanização já mais bem desenvolvida, os serviços públicos já estabelecidos por meio de massivo investimento estatal oferecem uma oportunidade única para a ampliação das esferas de valorização dos capitais superproduzidos. Observa-se a progressiva privatização dos mais variados serviços públicos, para citar alguns exemplos: a distribuição de energia, os serviços de saúde, os serviços de transporte e, o tema central de nosso trabalho, os serviços de saneamento básico.

A privatização do saneamento básico

Buscaremos utilizar o caso da privatização da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro) como um exemplo do processo em todo o país e, quando possível, apresentaremos as semelhanças entre as privatizações que ocorreram em outros estados. No entanto, é necessário ressaltar que as privatizações no setor de saneamento não começam com o caso da CEDAE, mesmo antes do arcabouço legal em que se insere ser criado, o Marco Legal do Saneamento, processos descentralizados de privatizações ocorreram em todo o país. Apresentaremos o panorama e o contexto dessa

transformação legal a partir das transformações realizadas pelos processos econômicos e políticos que ocorreram ao longo dos últimos anos.

Apesar da participação do setor privado nos serviços de saneamento remontar à década de 1970 - quando a participação privada correspondia ao atendimento de cerca de 25% da população urbana do Brasil, por meio de esquemas de propriedade mista (CRUXÊN, 2022, p. 31) - focaremos nos processos de privatização a partir das décadas de 1980 e 1990. Utilizando os períodos apontados por Cruxên (2022), no primeiro período, empresas locais de engenharia, que cresceram com as obras de urbanização e infraestrutura realizadas durante o período ditatorial, se aproveitam do desmonte dos marcos institucionais da ditadura em relação ao saneamento, especificamente: o fim do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), que estabelecia diretrizes nacionais para a provisão dos serviços; o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH), que fora um catalisador de obras de infraestrutura em saneamento no país; e o gradual desmonte das Companhias Estaduais de Saneamento Básico, as CESBs, pelas políticas de privatização realizadas no período (CRUXÊN, 2022, p. 56).

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, o marco regulatório para a privatização dos serviços de saneamento ainda era fragmentado e 41 concessões foram realizadas, 92% destas envolvendo um único município, principalmente em regiões mais populosas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em menor medida no Mato Grosso (CRUXÊN, 2022, p. 56–57). É importante contrastar essas experiências com os processos de privatização de outros países na América Latina, como Chile e Argentina, que realizaram privatizações centralizadas a níveis regionais, englobando diversas cidades por leilão (CRUXÊN, 2022, p. 57), o que é um indício da força política que a burguesia local do Brasil atuante no setor de construção civil tinha, já que nesses países esse tipo de leilão centralizado favoreceu gigantes transnacionais do setor de saneamento como a Suez e a Aguas de Barcelona (desde 2022 filial da Vivendi) (CRUXÊN, 2022, p. 60), empresas francesas que em 2006 controlavam 60% do mercado de água no mundo (ORTUÑO, 2011, p. 27).

Entre 2006 e 2007, já nos governos Lula, observa-se um grande processo de centralização no setor protagonizado por estas empresas de engenharia (CRUXÊN, 2022, p. 60–63): a Odebrecht, que se consolidou durante as décadas de 1950 e 1970 construindo grandes projetos de infraestrutura como estradas e usinas hidrelétricas; o grupo Equipav, que inicia no setor de pavimentação e diversifica suas operações

progressivamente também durante a ditadura; o Grupo Galvão que, apesar de ser fundado na década de 1990, é iniciativa de um dos membros da família Queiroz Galvão⁶, dona do grupo homônimo que durante a ditadura empreendeu obras em infraestrutura em toda a América Latina (BIGARELLI, 2003); a holding Águas do Brasil, que consolidou operações entre o já citado grupo Queiroz Galvão e o Grupo Carioca Engenharia, este segundo que da mesma forma cresceu realizando obras de infraestrutura durante a ditadura como, por exemplo, parte das obras da ponte Rio-Niterói⁷. Mesmo quando as gigantes do setor de água participaram das operações no Brasil, foi por meio de parcerias com alguma destas empresas. O investimento público propiciado pelo boom das commodities, em seu maior exemplo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), beneficiou imensamente esses grupos - a Odebrecht, por exemplo, mais do que triplicou suas receitas no período (CRUXÊN, 2022, p. 62).

Neste contexto, as pressões por maior clareza quanto aos marcos regulatórios levaram já em 2004 à lei de Parcerias Público-Privadas (PPPs) em infraestrutura (Lei nº 11.079/2004) e à lei do saneamento em 2007 (Lei nº 11.445/2007), preenchendo o vazio deixado pelo desmonte do PLANASA e do BNH (CRUXÊN, 2022, p. 62). No entanto, as agências reguladoras ainda atuavam de forma descentralizada e existiam nas esferas estaduais e municipais (CRUXÊN, 2022, p. 63). Ao final desse segundo período, que vai até 2019, essas empresas controlavam cerca de 74% dos 132 contratos ativos de saneamento básico privado (CRUXÊN, 2022, p. 60).

O terceiro período, correspondente aos anos de 2019 em diante, é marcado pelo declínio desses grupos nacionais de engenharia no setor de saneamento. O poder político e econômico destes grupos passava pela íntima relação entre os governos em todas as esferas (municipal, estadual e federal) e a expertise desenvolvida ao longo do período ditatorial em obras de infraestrutura. A operação Lava-jato, em 2014, já no governo Dilma Rousseff, que culminaria no golpe que a deporia, colocou em xeque o modelo de negócio exercido até então, explicitando os esquemas de corrupção que envolviam profundamente os grupos de engenharia citados, e, entre 2014 e 2019, essas empresas passaram por processos de falência e de reestruturação (CRUXÊN, 2022, p. 65–66). Abriu-se caminhos para novos agentes dentro do setor, com grande destaque para capitais do ramo financeiro que buscavam novas oportunidades de valorização.

⁶ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509221/noticia.html?sequence=1>

⁷ <https://cariocaengenharia.com.br/quem-somos/>

Na segunda metade de 2015, a Global Water Intelligence (GWI), uma plataforma dedicada à cobertura do mercado privado de água, reportou que licitantes estavam fazendo fila para as concessões de saneamento no Brasil. “Múltiplas falências poderiam mudar dramaticamente a estrutura proprietária do mercado de concessão de água”, informou a GWI. A previsão se cumpriu. (CRUXÊN, 2022, p. 67, tradução nossa).

Em 2017, a subsidiária da Odebrecht para o saneamento, a Odebrecht Ambiental, é comprada pelo grupo financeiro canadense Brookfield, se transformando em BRK Ambiental, que conta com a participação minoritária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) gerido pela Caixa Econômica Federal, o que foi facilitado pelo processo de falência da Odebrecht em 2019 (CRUXÊN, 2022, p. 66–67). O grupo Equipav, entre 2012 e 2013, na figura de sua subsidiária para o saneamento, a Aegea, consegue manter sua participação majoritária, mas passa a contar também com participações minoritárias do Fundo Soberano de Cingapura, da *International Finance Corporation* (IFC) braço de investimento do Banco Mundial e, posteriormente em 2021, da holding ITAÚSA (CRUXÊN, 2022, p. 66–67). O grupo Galvão Engenharia, que também entrou em processo de falência em 2015, perde a propriedade da CAB Ambiental, que se torna Iguá Saneamento, a IG4 capital, empresa brasileira de investimentos cujos principais investidores são dois fundos de pensões canadenses o CPPIB e o AIMCo, que passa a ter a propriedade majoritária junto ao BNDESPar, braço de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao fundo de investimento CYAN com participações minoritárias (CRUXÊN, 2022, p. 66–67). A empresa Águas do Brasil foi a única que manteve sua estrutura proprietária sem alterações no período (CRUXÊN, 2022, p. 66–67).

Nesse cenário de privatizações dos serviços públicos de saneamento, é necessário destacar a presença do BNDES como um forte catalisador para tais movimentações. A participação do BNDES em processos de privatização se inicia no governo Sarney, exatamente como consequência da crise das décadas de 1970-80. O banco havia estatizado várias empresas devedoras inadimplentes durante o período, executando as garantias na forma de participação acionária, e, entre 1987 e 1989, estas empresas serão re-privatizadas (ARAÚJO, 2021, p. 427). Apesar de serem empresas, muitas das vezes não lucrativas, o banco acumulou uma grande expertise neste tipo de

processo. Já no governo Collor, o banco terá agência central no Plano Nacional de Desestatização, privatizando desta vez empresas lucrativas. Após seu impeachment, no governo Itamar Franco, é criada uma diretoria específica para privatizações no banco, consolidando sua expertise e tendo participações em diversas privatizações desde então (ARAÚJO, 2021, p. 428–429).

Essas novas proprietárias buscaram se blindar dos problemas envolvendo corrupção e relacionados à fragmentação do arcabouço legal da privatização do saneamento. O lobby empreendido por meio do sindicato patronal ABCON SINDCON (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias de Serviços Públicos de Água e Esgoto) resultou na aprovação da lei nº 14.026/2020, o Marco Legal do Saneamento, aprovado no auge da pandemia em julho de 2020, o que dificultou grandemente qualquer mobilização popular contra sua aprovação. A Agência Nacional de Águas (ANA) passou a ser responsável não somente pelos recursos hídricos, mas pela fiscalização e regulação dos processos de privatização, fornecendo uma base legal centralizada a nível federal em que todas as outras agências reguladoras em outros níveis da administração pública passam a aderir (CRUXÊN, 2022, p. 74).

Há uma mudança de paradigma na governança dessas empresas, antes geridas por grupos de engenharia e agora por empresas financeiras de diferentes naturezas. Os próprios funcionários destas empresas se referem a essa guinada como um afastamento de visões que priorizavam investimentos na infraestrutura, baseados na expertise das então proprietárias, para diretrizes que priorizam a eficiência operacional (CRUXÊN, 2022, p. 70). As obrigações financeiras destas empresas e sua propriedade dispersa em inúmeros acionistas ao redor do mundo pressionam para resultados de cada vez mais curto prazo para honrar a distribuição de juros e dividendos. O que se encontra no cerne desta mudança é a penetração do capital fictício no serviço de saneamento.

O saneamento dependente ‘financeirizado’

Como citado anteriormente, para além das aberturas comerciais realizadas ao redor do mundo, as aberturas financeiras, que compreendem também a desregulamentação destes mercados, são um desdobramento direto da necessidade da busca de novas esferas de valorização para o capital superproduzido. Para compreender essa modalidade de valorização é necessária uma breve digressão sobre o que Marx chamou de autonomização das formas funcionais do capital no livro II d’*O capital* (MARX, 2022).

Um capitalista com capital na forma dinheiro pode optar por não ingressar seu dinheiro no processo produtivo e emprestá-lo para que outro possa utilizá-lo desta forma. O valor produzido pela operação do capitalista devedor e realizado pela venda de suas mercadorias deve resultar no seu mais-valor acrescido de juros para remunerar o empréstimo realizado (CARCANHOLO, 2008, p. 259). “Juros constituem o rendimento do capital-propriedade, enquanto lucro constitui o rendimento do capital função” (CARCANHOLO, 2008, p. 259). Da perspectiva do credor deste empréstimo, enquanto este ainda não seja quitado, os fluxos futuros prováveis decorrentes do pagamento do empréstimo aparecem para ele no presente como uma capitalização. Este montante emprestado é valorizado no presente com base na promessa dos pagamentos futuros, ocorram eles ou não.

[...] Esse capital é fictício, uma vez que tem como base a participação de títulos de crédito em rendimentos futuros que podem nem se realizar; além do que o mesmo título pode ser revendido inúmeras vezes, a partir da mesma taxa de juros, formando várias propriedades (direitos de participação) com base em apenas um montante de capital inicial, que pode nem completar o seu processo de circulação. (CARCANHOLO, 2008, p. 260).

As análises que utilizam como chave o argumento moral para compreender o processo de financeirização, onde os rentistas e financistas seriam uma doença a ser eliminada do processo de acumulação de capital para permitir um ciclo virtuoso para a economia com base nas atividades produtivas, perdem de vista a dialética do capital fictício. Em sua funcionalidade, “permite o funcionamento de atividades produtivas que, de outra forma, teriam de esperar muito tempo para serem implementadas” (CARCANHOLO, 2008, p. 260). Contudo, essa forma autônoma não é capaz de gerar valor, que só é produzido no processo de produção, sua função adianta capital para processos produtivos e acelera a rotação do capital, contribuindo para o aumento da acumulação indiretamente, mas gera direitos de apropriação do valor que será produzido futuramente.

Assim, se a lógica da apropriação de mais-valia é alastrada/expandida, em detrimento da produção de excedente, uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos. O resultado final é a redução da taxa de

lucro e o aprofundamento do comportamento cíclico da crise. (CARCANHOLO, 2008, p. 261).

Sua disfuncionalidade reside no aumento dos direitos de apropriação frente a um montante de valor que geralmente não consegue acompanhar o ritmo de crescimento desses direitos.

Um dos mecanismos de valorização fictícia clássico, é o serviço da dívida pública. Como os gastos do Estado financiados pela emissão de títulos públicos correspondem a gastos já realizados, o que se comercializa ficticiamente é o direito de se apropriar de parte do orçamento estatal futuro (CARCANHOLO, 2017, p. 312). Os governos durante os últimos anos buscaram “responder aos influxos da crise mundial na economia doméstica fornecendo liquidez aos mercados financeiros” (CARCANHOLO, 2021, p. 44) o que se realiza por meio da expansão da dívida pública. A elevação da taxa de juros, medida que presumia combater a inflação e aliviar pressões relacionadas ao mercado cambial, aumentou o pagamento de juros e também o estoque da dívida (CARCANHOLO, 2021, p. 44).

O orçamento do Estado, portanto, encontra-se asfixiado e as políticas neoliberais aplicadas visando a redução do Estado na economia (privatizações, desregulamentações, aberturas etc.) têm como objetivo, por um lado, o ajuste fiscal somente das despesas não-financeiras e não há qualquer questionamento sobre as despesas financeiras. Por outro lado, a arrecadação baseada num sistema regressivo de tributação corrói o poder de compra dos trabalhadores, o que revela o compromisso político dos distintos governos desde então (CARCANHOLO, 2021, p. 44). O argumento de que o Estado, dentro de um contexto de políticas neoliberais, seria um Estado mínimo é frágil. O Estado neoliberal age de forma máxima para garantir a recomposição de lucratividade do capital em crise. No caso das privatizações, opera por meio de agências reguladoras toda a mudança legal necessária para abrir caminhos para a entrega das operações estabelecidas ao longo dos anos para a iniciativa privada, e o compromisso firmado com estes interesses sobrepõe qualquer necessidade da classe trabalhadora.

O caso da CEDAE é paradigmático neste sentido, a sua privatização é realizada no contexto de recuperação fiscal do estado do RJ. Desde 1997, os estados não podem mais emitir títulos de dívida, e por meio da Lei 9.496/1997 a União assumiu a dívida pública mobiliária de estados e municípios (MERCÊS; FREIRE, 2017, p. 70). O

resultado da reestruturação produtiva num primeiro momento desde a década de 1990, por um lado, afetou gravemente a indústria fluminense, diminuindo uma importante fonte de arrecadação, por outro lado, a abertura comercial expôs a economia do estado, muito dependente das receitas do setor petrolífero, às flutuações da economia mundial, que registrou quedas nos preços e na demanda do petróleo e de seus derivados após a crise de 2007-2008. O que se verifica na queda acentuada da receita e da despesa primárias do estado a partir de 2012 (MERCÊS; FREIRE, 2017, p. 73). O cenário de austeridade do governo federal se alastra para seus entes subnacionais no cenário de política neoliberal.

Em relação aos serviços de saneamento, realizaremos uma análise genérica, abstraindo as particularidades relativas aos tipos específicos de agentes financeiros envolvidos nas privatizações (fundos de investimentos, bancos, fundos de pensão, etc.). Independente da natureza desses valores, esses capitais têm em seu passivo direitos de apropriação diversos, sejam eles dos pensionistas, dos compradores dos títulos de debêntures, dos investidores dos fundos de equidade ou dos Estados proprietários dos fundos soberanos que pressionam por ganhos cada vez maiores das operações de saneamento. Neste sentido, o movimento de se distanciar de investimentos em maiores infraestruturas, foco das empresas de engenharia pela sua própria natureza, dá lugar à busca por maior eficiência operacional, buscando maiores lucros em períodos cada vez mais curtos visando o cumprimento destes direitos.

Para o capital portador de juros em busca de fluxos estáveis de rendimentos, não há melhor investimento que as indústrias de serviços públicos privatizadas. Os domicílios que estão habituados ao gás, à eletricidade e ao telefone são "consumidores cativos" e "vacas de leite", fontes de ganhos regulares e absolutamente seguros. As antigas empresas públicas são ativos tanto mais atrativos quanto mais o Estado tenha nelas realizado, com os impostos da coletividade, elevados investimentos que assegurarão rendimentos sem a necessidade de renovação durante longos anos. (CHESNAIS, 2005, p. 62).

Para citar alguns exemplos: a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, que desde 2006 abriu seus capitais com participação do Governo do Estado de 50,03%, e em 2020 acumulou R\$ 972 milhões de dividendos distribuídos, 130% do total investido

pela empresa entre 2019 e 2020 (OLIVEIRA, 2021, p. 19); a PROLAGOS, gerida pela Aegea, responsável pelo saneamento da Região dos Lagos no Rio de Janeiro duplicou em 2019 a tarifa em relação ao cobrado pela CEDAE, em que pese todos os benefícios concedidos pelo BNDES (OLIVEIRA, 2021, p. 23); a Águas do Rio, também gerida pela Aegea, teve a estruturação da emissão de debêntures pelo BNDES no valor de R\$ 5,5 bilhões durante o governo Lula III, ao final de 2023, a empresa acumulava R\$ 1,2 bilhões de lucro em cerca de dois anos de operação, com 45% dos lucros da Aegea vindo somente dos lucros da Águas do Rio 1 e 4, que possuía em 2023 78% dos seus lucros comprometidos com o pagamento de dividendos - para o fundo soberano de Cingapura, ITAÚSA, etc. - que ainda não podem ser distribuídos por força de um mecanismo legal relacionado aos empréstimos do BNDES (PINTO, 2024, p. 24–25).

O caso da Thames Water no Reino Unido, empresa privada de saneamento, é interessante de ser analisado como uma perspectiva das possibilidades de valorização fictícia dentro do setor. Em 2007, passou a securitizar as contas de água dos consumidores e vender estes títulos em pacotes no mercado financeiro (ALLEN; PRYKE, 2013, p. 427). O aumento da dívida da empresa durante cinco anos, até 2012, foi de £3.2 milhões para £7.8 milhões. A argumentação para a realização deste processo foi a possibilidade de diminuir os custos das tarifas para os consumidores por meio de reduções dos impostos, mas, na realidade, serviu para o pagamento astronômico de juros e dividendos que, no período, superaram os lucros após as taxações (ALLEN; PRYKE, 2013, p. 431).

A presença do capital fictício no saneamento tem direta relação com a desnacionalização dos serviços de saneamento (como visto, entre as líderes privadas atuantes no Brasil, 4 das 5 maiores empresas são de propriedade parcial estrangeira, com exceção da Águas do Brasil). Destas 4, a BRK Ambiental e a Iguá Saneamento (que juntas obtinham em 2019 31% dos contratos realizados e 56% dos municípios com saneamento privado no país) tem como sócios majoritários grupos estrangeiros, respectivamente o grupo canadense Brookfield e os fundos de pensões canadenses CPPIB e o AIMCo. Parte considerável dos lucros será remetida para suas proprietárias, intensificando a transferência de valor. Consequentemente, o aumento das tarifas e a piora da qualidade do serviço configuram como mecanismos de superexploração da força de trabalho. O primeiro é uma apropriação direta do montante de valor destinado ao consumo dos trabalhadores para se transformar em fundo de acumulação do capital.

Já o segundo, se refere à importância vital da água para a reprodução da força de trabalho e as consequências deletérias para a saúde dos trabalhadores da piora do serviço oferecido como contrapartida direta da necessidade da intensificação da extração de valor destas atividades.

Segundo Quintslr e Arouca (2024), ocorreu ainda um incremento no número de reclamações – principalmente relacionadas a contestações sobre aumento das cobranças e a qualidade da água – mensais de consumidores dos serviços do segmento de água e saneamento do estado do Rio de Janeiro após as privatizações. A empresa privada Águas do Rio que assumiu parte dos serviços de distribuição de água em parte do estado no mesmo período apresentou uma média de reclamações maior do que a CEDAE, atendendo 27 municípios (com 3 de forma parcial) em comparação aos 63 municípios da empresa estatal. No mesmo sentido, Irigaray (2016) relata o processo de aumento das tarifas que acompanhou a privatização dos serviços de saneamento básico em diversos países da América Latina, como na Bolívia, no México e na Argentina, onde a tarifa aumentou em 88% nos 10 primeiros anos da operação privatizada pela Suez (IRIGARAY, 2016, p. 68).

Em 2021, 84,2% da população brasileira tinha acesso à água, somente 55,8% da população era atendida por serviços de esgoto, embora apenas cerca de metade fosse esgoto tratado. Já no Rio de Janeiro, o atendimento dos serviços de água era de 90,7%, de esgoto 70,5% com apenas 67,8% tratado (PINTO; SILVA, 2024, p. 13). Embora conste como meta do Marco Regulatório do Saneamento 99% de abastecimento de água potável e 90% da população com tratamento de esgoto tratado até 31 de dezembro de 2033, os investimentos em Áreas Irregulares Não Urbanizadas (AINUs), “favelas e aglomerados subnormais”, não serão quantificados para fins dos cálculos desta meta de acordo com o contrato de concessão formulado pelo Estado do Rio de Janeiro, são 1.519.088 habitantes vivendo em AINUs no Estado (PINTO; SILVA, 2024, p. 14–15). Esta situação é crítica se levarmos em consideração a desigualdade do fornecimento dos serviços de saneamento no Estado, que mesmo com métricas acima da média nacional, teve em 2024 quatro municípios entre os vinte com as piores métricas do país: São João de Meriti, São Gonçalo, Duque de Caxias e Belford Roxo⁸. Municípios com grande quantidade de habitantes vivendo em favelas, somando o total de 2.628.954 habitantes,

8

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/03/20/quatro-cidades-do-rj-estao-entre-as-20-piores-em-saneamento-pelo-novo-ranking-nacional- apenas-niteroi-entre-as-melhores.ghtml>

cerca de 16,4% da população total do Estado⁹. Sotero-Martins et. al (2024) apontam que não houve melhoras significativas para o saneamento no estado após a privatização da CEDAE, o investimento per capita no estado caiu e em regiões com parte significativa da população vivendo em AINUs, como a capital Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias, não foram apresentadas melhorias do serviço nestas regiões da cidade.

Ainda sobre a privatização da CEDAE, as operações de distribuição de água no estado do Rio de Janeiro foram divididas em 4 blocos regionais distintos arrematados em leilões realizados em 2021 – no primeiro leilão, o bloco 3 (Capital: Regiões Administrativas de Santa Cruz, Campo Grande, Realengo, Bangu e Guaratiba; Municípios: Itaguaí, Paracambi, Pinheiral, Piraí, Rio Claro e Seropédica (SOTERO-MARTINS et al., 2024, p. 167)) não foi arrematado por nenhuma empresa, precisando ser realizado um novo leilão ao final do ano. Sobre as empresas que arremataram os 4 blocos: Iguá (bloco 2); Aegea (blocos 1 e 4); e o grupo Águas do Brasil (bloco 3) (PINTO, 2024, p. 22). A CEDAE era a maior empresa pública do estado do Rio de Janeiro, com lucros líquidos entre 2012 e 2016 de R\$ 4 bilhões.

Por fim, devemos salientar que a crise ecológica em curso coloca a América Latina em posição de destaque para a mercantilização da água, continente que conta com 31% da água doce do mundo¹⁰. “De acordo com as Nações Unidas, até 2030, o planeta enfrentará um déficit de água de 40%, a menos que seja melhorada drasticamente a gestão desse recurso precioso” (IRIGARAY, 2016, p. 51). A dinâmica autoexpansiva do capital, impulsionada pela dinâmica fictícia que se entranhou em todas as esferas de valorização, vê na crise hídrica uma oportunidade perfeita para avançar no processo de mercantilização e especulação da água.

Conclusão

A mudança observada na propriedade das empresas privadas representa a entrada da lógica do capital fictício no centro das decisões das empresas privadas de saneamento. As grandes empresas brasileiras da construção civil, que passaram por um ciclo de acumulação e centralização de capital durante a ditadura, foram deixadas de lado para abrir caminhos aos agentes financeiros atuantes no setor em um período que se observa a reestatização dos serviços de saneamento nas economias centrais. A

⁹ Conforme dados extraídos de <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>

¹⁰ <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2012/08/30/agua-saneamiento-america-latina>

necessidade de transferência de valor e de abertura de novas esferas de valorização para o capital superproduzido se expressam no movimento do setor privado de saneamento na América Latina. Neste sentido, para aprofundar a compreensão do fenômeno, seria necessário avançar na análise do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, e o contexto político mais amplo de golpes na América Latina, que foi central para a reconfiguração de classes atuantes no setor e para o avanço do processo de privatização, não só no setor de saneamento.

Sobre a concessão da CEDAE, seu caso é ainda mais emblemático ao representar a luta de classes em um caso particular em uma nação dependente. Reis et al. (2023) identifica dois grupos em torno da disputa pela privatização da companhia: um grupo com interesse em que a concessão fosse realizada, constituído pelos governos a níveis Federal, Estadual e Municipal, além de empresas privadas, agências reguladoras e o BNDES – que, como vimos, tornou-se um alicerce para diversas privatizações ocorridas no país; e um grupo contrário à privatização, composto por deputados estaduais de oposição ao governo do Estado na ALERJ, associações como a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e a Associação das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), sindicatos, a própria CEDAE e grupos universitários de estudos sobre a questão das águas e saneamento básico. Desse modo, não surpreende o forte apoio do capital privado à essa privatização esvaziada de qualquer debate popular amplo.

Diferentemente de outras experiências latino-americanas de resistência à privatização de fontes hídricas e dos serviços de saneamento, como no caso de Cochabamba na Bolívia, onde a população resistiu com sucesso pelos meios necessários à privatização no episódio que ficou conhecido com a “Guerra da Água”, a privatização da CEDAE encontrou pouca ou nenhuma resistência. Um fator importante para compreender o porquê é a realização de todo o processo de privatização durante o auge da pandemia de COVID-19, em 2021.

O capital fictício em sua funcionalidade acelera enormemente a rotação dos capitais envolvidos nos processos de privatização, fornecendo grandes montantes de recursos financeiros para que avancem em diversos leilões de empresas estatais de saneamento. Contudo, a expansão do serviço de saneamento demanda investimentos cada vez maiores em infraestrutura para conseguir equilibrar a valorização e os direitos

de apropriação gestados na dinâmica fictícia. Em sua disfuncionalidade, portanto, o capital fictício trava, pelo acúmulo de dívidas, o investimento destas empresas operantes no setor de saneamento, gerando grandes pressões para o aumento das tarifas e para o sucateamento do serviço.

A desnacionalização realizada no setor intensifica a transferência de valor realizada pelos capitais em economias dependentes, vide a composição proprietária das líderes privadas em serviços de saneamento no país que contam com grandes agentes financeiros internacionais, como, por exemplo, a canadense Brookfield, da BRK Ambiental, os fundos de pensão canadenses CPPIB e AIMCo e o fundo soberano de Cingapura, da Iguá. A forte pressão para a elevação das tarifas de água e esgoto, configura-se assim como um mecanismo de superexploração da força de trabalho, que, por um lado, corrói os salários dos trabalhadores sem contrapartidas das melhorias do serviço e, por outro, as consequências sanitárias da piora dos serviços prejudicam a reprodução da força de trabalho.

Desse modo, esperamos ter demonstrado como as categorias analíticas relacionadas à tradição teórica da TMD podem auxiliar na compreensão da situação econômica e social dos países latino-americanos, em especial o Brasil. Sem dúvidas, as relações que envolvem a privatização do saneamento, a dinâmica fictícia que a caracteriza, e os impactos ecológicos concretos causados por essa situação nova ainda precisam ser incorporados à nossa análise, havendo amplo espaço para o desenvolvimento dessas questões. A categoria padrão de reprodução do capital, por exemplo, pode auxiliar na “compreensão da questão ecológica, entendendo-a para além dos aspectos mais universais da relação entre a ecologia e a reprodução do capital, mas também em sua particularidade desigual e combinada” (SILVA; LUZ, 2023, p. 3).

Como visto, a América Latina é o continente que conta com as maiores reservas mundiais de água doce, neste sentido, a privatização da água, cenário mais amplo que inclui o saneamento básico, tem sido realizada também de diversas formas, por indústrias de alimentos, pelo agronegócio etc. Formas de mercado livre de água, como o da energia no Brasil, já tentaram ser implementadas no país, vide a PLS nº 495/2017, e são empregadas já em algumas regiões agrárias dos EUA. As consequências deste movimento frente ao colapso climático são preocupantes e podem ser graves impeditivos ao fornecimento de água para a população como um todo.

Por fim, embora a crise ecológica ofereça um grave risco a qualquer formação socioeconômica, ela também oferece diversas oportunidades lucrativas à classe dos capitalistas. Como a lógica de acumulação de capital é indiferente à forma que sua reprodução assume, ela é altamente destrutiva à natureza já em seus fundamentos (SÁ BARRETO, 2022). A deterioração ecológica prossegue a passos largos, deixando nítida que sua superação completa depende de uma superação da própria lógica de acumulação do capital em escala global. Assim como a luta contra a exploração do trabalho, intimamente conectada à todas as reformas neoliberais e mazelas sociais do período histórico atual, na questão da privatização do saneamento e, principalmente, na questão ecológica, a luta integrada no continente é essencial para a possibilidade da implementação de alternativas populares que possam frear a destruição do capital.

Referências

ALLEN, J.; PRYKE, M. Financialising household water: Thames Water, MEIF, and “ring-fenced” politics. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 6, n. 3, p. 419–439, 1 nov. 2013.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento)—São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 30 jul. 2012.

AMARAL, M. S.; DUARTE, P. H. E. Superexploração da força de trabalho: uma proposta metodológica de análise. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. e, 11 dez. 2023.

ARAÚJO, V. L. DE. O Primeiro Governo FHC (1995-1998): O Neoliberalismo Escancarado. Em: ARAÚJO, V. L. DE; MATTOS, F. A. M. DE (Eds.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: Novas interpretações**. Economia e desenvolvimento. São Paulo, SP: Hucitec Editora, 2021.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 5. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024.

BIGARELLI, W. Queiroz Galvão: A Engenharia Abrindo Novos Caminhos. **Revista Mercado e Tecnologia**, p. 14–21, maio 2003.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, p. 247–272, ago. 2008.

CARCANHOLO, M. D. (Im)Precisões Sobre a Categoria Superexploração Da Força De Trabalho. Em: ALMEIDA FILHO, N. (Ed.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013.

- CARCANHOLO, M. D. Marx(ism) and Public Debt: Thoughts on the Political Economy of Public Debt. **Critique**, v. 45, n. 3, p. 303–317, 3 jul. 2017.
- CARCANHOLO, M. D. A crise do capitalismo dependente brasileiro. Em: EPITÁCIO MACÁRIO et al. (Eds.). **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. [s.l.] Editora da UECE, 2021. p. 23–56.
- CHESNAIS, F. O Capital Portador De Juros: Acumulação, Internacionalização, Efeitos Econômicos E Políticos. Em: CHESNAIS, F. (Ed.). **A Finança Mundializada**. 1ª edição ed. [s.l.] Boitempo, 2005. p. 35–67.
- CRUXÊN, I. A. **Disordering Capital: The Politics of Business in the Business of Water Provision**. Tese (Doutorado em Economia Política, Desenvolvimento e Planejamento)—Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 20 jan. 2022.
- EICHENGREEN, B. J. **A Globalização Do Capital: uma história do sistema monetário internacional**. 1ª edição ed. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FRANK, A. G. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, n. n° 7, p. 159–173, ago. 1967.
- IRIGARAY, M. C. **Privatização e mercantilização da água na América latina: desafios da sustentabilidade e defesa do bem (de uso) comum no e para além do capitalismo**. Dissertação (Mestrado em Direito)—Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2016.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 3, p. 325, 16 dez. 2017.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política, livro II: o processo de circulação do capital**. 1ª ed. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MERCÊS, G.; FREIRE, N. Crise Fiscal Dos Estados E O Caso Do Rio De Janeiro. **Geo UERJ**, v. 0, n. 31, p. 64–80, 30 dez. 2017.
- OLIVEIRA, R. A. D. **O Processo De Financeirização Das Políticas Públicas De Saneamento No Brasil**. Monografia (Graduação em Ciência Política)—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021.
- ORTUÑO, F. S. **Movimientos sociales en torno al agua en Bolivia : privatización e insurrección social en la guerra del agua en Cochabamba**. [s.l.] ASDI, 2011.
- OSÓRIO, J. El nuevo patrón exportador de especialización productiva en América Latina. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 31, 2012.
- PINTO, J. R. L. Contemporary Forms of Bourgeois Political Domination: The Case of Sanitation Privatization in Rio de Janeiro. **Global Journal of Human-Social Science**, p. 19–28, 5 set. 2024.
- PINTO, J. R. L.; SILVA, C. R. D. Porque a meta de universalização do saneamento no estado do Rio de Janeiro não será alcançada: análise do processo de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro à iniciativa privada. Em:

HANDAM, N. B.; SOTERO-MARTINS, A. (Eds.). **Saneamento, Saúde e Ambiente - Volume 2**. [s.l.] Editora Poisson, 2024.

QUINTSLR, S.; AROUCA, M. C. G. Desestatização dos serviços de saneamento no estado do Rio de Janeiro: avaliação dos primeiros meses de operação das novas concessionárias ou “estamos com saudades da Cedae”. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 16, p. e20230387, 2024.

REIS, F. D. C. M. et al. A efetividade social e a concessão do saneamento à iniciativa privada: o caso do leilão da CEDAE no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 547–559, fev. 2023.

SÁ BARRETO, E. **Ecologia Marxista para pessoas sem tempo**. São Paulo, SP: Usina Editorial, 2022.

SILVA, M. C. D.; LUZ, D. A. D. Padrão de reprodução do capital: uma contribuição da teoria marxista da dependência à ecologia. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 3, p. e6628333, 2023.

SOTERO-MARTINS, A. et al. Aspectos dos serviços de saneamento de água e esgotamento sanitário na região metropolitana do Rio de Janeiro antes e depois da Lei 14.026/2020. Em: HANDAM, N. B.; SOTERO-MARTINS, A. (Eds.). **Saneamento, Saúde e Ambiente - Volume 1**. [s.l.] Editora Poisson, 2024.